



Número: **0600088-13.2020.6.02.0005**

Classe: **REPRESENTAÇÃO**

Órgão julgador: **005ª ZONA ELEITORAL DE VIÇOSA AL**

Última distribuição : **24/08/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Extemporânea/Antecipada**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL - PTN COMISSAO PROVISORIA (REPRESENTANTE)		ALEXANDRE SOARES TENORIO (ADVOGADO)	
ANTONIO PALMERY MELO NETO (REPRESENTADO)		VAGNER PAES CAVALCANTI FILHO (ADVOGADO) HENRIQUE JOSE CARDOSO TENORIO (ADVOGADO) FABRICIO OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE (ADVOGADO)	
PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO - COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL (REPRESENTADO)		VAGNER PAES CAVALCANTI FILHO (ADVOGADO) HENRIQUE JOSE CARDOSO TENORIO (ADVOGADO) FABRICIO OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE (ADVOGADO)	
PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE ALAGOAS (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
45183 17	17/09/2020 23:22	Sentença	Sentença



JUSTIÇA ELEITORAL
005ª ZONA ELEITORAL DE VIÇOSA AL

REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0600088-13.2020.6.02.0005 / 005ª ZONA ELEITORAL DE VIÇOSA AL

REPRESENTANTE: PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL - PTN COMISSAO PROVISORIA

Advogado do(a) REPRESENTANTE: ALEXANDRE SOARES TENORIO - AL11699

REPRESENTADO: ANTONIO PALMERY MELO NETO, PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO - COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL

Advogados do(a) REPRESENTADO: VAGNER PAES CAVALCANTI FILHO - AL7163, HENRIQUE JOSE CARDOSO TENORIO - AL10157, FABRICIO OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE - AL7343

Advogados do(a) REPRESENTADO: VAGNER PAES CAVALCANTI FILHO - AL7163, HENRIQUE JOSE CARDOSO TENORIO - AL10157, FABRICIO OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE - AL7343

SENTENÇA

Trata-se de representação por propaganda eleitoral extemporânea irregular proposta pelo ÓRGÃO PROVISÓRIO DO PODEMOS, circunscrição de Cajueiro/AL, em face do pré-candidato a Prefeito de Cajueiro, Sr. ANTÔNIO PALMERY NETO e do ÓRGÃO MUNICIPAL DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO DE CAJUEIRO, estando todos qualificados nos autos, por meio da qual busca provimento jurisdicional que vise a impedir atos, como "Adesivação", ocorrido dia 15/08/2020, com distribuição de máscaras e adesivos voltem a ser realizados, considerando a configuração de ato de propaganda eleitoral antecipada.

Alega o representante que o pré-candidato seria o organizador e beneficiado do ato que, na verdade, teve pretensões eleitorais.

Carreou à inicial fotos do evento ocorrido no dia 15/08/2020 denominado de "Adesivação", organizado pela "Juventude do MDB", com a distribuição de máscaras, camisas e adesivos. Em resposta, o demandado afirma que não há comprovação de quando os fatos se deram e que o representado não tinha conhecimento do fato, além de afirmar que não há prova de que o representado participou do ato "nem comprovou conduta de controle ou articulação de tal suposto ato irregular de propaganda eleitoral".

Em parecer, o Ministério Público se pronunciou pela procedência do pedido.

É o relatório, em síntese. Fundamento e decido.

Compulsando os autos, tenho que há elementos suficientes para se concluir que o ato promovido pelo MDB de Cajueiro/AL se revestiu de ato de campanha do candidato ANTONIO PALMERY MELO NETO, eis que, conforme fotos juntadas à inicial, houve distribuição de adesivos com a caricatura do Representado oficialmente utilizado por ele conforme postagem no Instagram (link: https://www.instagram.com/p/CDCwn_4JZgh/).

Com efeito, a propaganda eleitoral antecipada prescinde do pedido expresso de voto, bastando que a conduta do pré-candidato possa ser traduzida em pedido evidente de voto, como ocorreu no presente caso em que o representado fora beneficiado com a distribuição de máscaras, camisas e adesivos com o número que pretende concorrer nas Eleições 2020, bem como adesivos que fazem alusão à sua campanha.

Não restam dúvidas de que o pré-candidato provoca desequilíbrio no pleito eleitoral, eis que, não

só concretiza propaganda eleitoral extemporânea, mas realiza, inclusive, ato vedado pelo ordenamento jurídico durante a própria campanha eleitoral,.

Nesse sentido, confira-se o disposto no art. 39, §6º da Lei 9.504/1997:

É vedada na campanha eleitoral a confecção, utilização, distribuição por comitê, candidato, ou com a sua autorização, de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor.

Depreende-se, ademais, que a conduta do representado não é amparada nas exceções contidas no art. 36-A da Lei nº 9.504/97, *in verbis*:

Art. 36-A – “Não configuram propaganda eleitoral antecipada, desde que não envolvam pedido explícito de voto, a menção à pretensa candidatura, a exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos e os seguintes atos, que poderão ter cobertura dos meios de comunicação social, inclusive via internet: (.. .) (Lei nº 9.504/97 - Lei das Eleições)

Por fim, ainda que não haja o pedido expresso e clamante de votos, principalmente após a lícitude das condutas permissivas dispostas no art. 36-A, da Lei nº 9.504/97, o comum é que as circunstâncias do caso demonstrem o pedido explícito de votos, que pode ser exteriorizado de modo contextual e não necessariamente verbalizado, eis que o representado realizou expressa vontade de obter votos, quando se beneficia de ato com distribuição de material e brindes com o número que pretende concorrer, conforme alhures demonstrado.

Nesse diapasão, assim entende o Tribunal Superior Eleitoral:

[...] Propaganda eleitoral antecipada e irregular. [...]. A análise da matéria atinente à propaganda antecipada deve ser feita de acordo com a jurisprudência e a legislação vigentes para as Eleições de 2012. No caso, o Tribunal de origem entendeu configurada a propaganda eleitoral extemporânea em razão não só do destaque dado ao nome da candidata no material impugnado, mas também porque se constatou o uso do logotipo da sua campanha antes do período eleitoral. [...] 4. Os fatos imputados à agravante, da forma como descritos no acórdão regional, revelam a distribuição de brindes (rosas, cartões de felicitações pelo Dia das Mães, ímãs de geladeira com logotipo e fotografia da candidata com eleitores individualizados, camisetas com as cores de campanha) em eventos de grande porte, nos quais houve divulgação do logotipo de campanha da candidata, com desvio da finalidade dos encontros para beneficiar a candidatura. [...]” (Ac. de 23.3.2017 no AgR-AI nº 30251, rel. Min. Fernando Neves.).

Assim, por todos os ângulos, o representado extrapolou os limites impostos pela legislação eleitoral ao se beneficiar do ato denominado "Adesivação", no dia 15/08/2020, a ter o condão de provocar desequilíbrio na campanha eleitoral, devendo ser rechaçado pela Justiça Eleitoral.

Ante o exposto, confirmo a liminar concedida, para determinar que os representados se abstenham de praticar ato com distribuição de brindes material que possam ferir as determinações legais da propaganda eleitoral preconizadas pela Lei nº 9.504/1997, ao tempo que condeno a parte representada ao pagamento de multa, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nos termos do art. 36, §3º, da Lei nº 9.504/97.

Determino, outrossim, que a Polícia Militar proceda ao recolhimento do material de propaganda encontrado pelas ruas.

Sem condenação ao pagamento de honorários advocatícios.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se
Expedientes necessários.

Viçosa, 17 de setembro de 2020.

JOYCE ARAUJO FLORENTINO
Juíza Eleitoral da 5ª Zona